

O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008

Maria Domingues Benetti*

APRESENTAÇÃO

A intenção deste artigo é contribuir para o conhecimento da história econômica do agronegócio gaúcho no longo período compreendido entre os anos 80 e a manifestação da crise financeira mundial em setembro de 2008.

Na sua construção, teve-se a preocupação de mostrar as grandes transformações operadas no agronegócio, explicá-las e, também, determinar quais foram os fatores desestruturadores e reestruturadores responsáveis pelas mudanças do setor. Esses elementos serviram de divisores de água para a periodização adotada no trabalho. Basicamente, de sua observação, resultaram dois grandes subperíodos: o primeiro estende-se, aproximadamente, de 1985 a 1995; o outro, de 1996 a setembro de 2008.

A premissa de que se partiu foi que a forte articulação do agronegócio gaúcho com os mercados externos — nacionais e internacionais — implica que as transformações são provocadas por mudanças nessas instâncias.

As fontes utilizadas para consulta são secundárias e consistem na série de trabalhos dedicados à análise da agricultura gaúcha que se veio publicando ao longo dos anos. Eles estão referidos à medida que são utilizados na exposição. Tal escolha tem implicações. Afinal, o material neles contido reflete o interesse da autora com relação a certos temas, sendo que as interpretações sobre acontecimentos e processos espelham a cultura, em sentido amplo, de sua época e de sua formação.

* Economista, Técnica da FEE.

A autora agradece à Áurea C. Breitbach a leitura crítica do trabalho.

1 ANTECEDENTES: O MEIO AMBIENTE ECONÔMICO DE INSERÇÃO DA AGRICULTURA GAÚCHA

Na década de 80, do ponto de vista externo, a economia brasileira foi afetada pela segunda crise de petróleo (1982) e pela piora nas condições das finanças internacionais, com a escassez de crédito e a alta da taxa de juros. Internamente, embarcou em um processo acelerado de inflação, de endividamento externo (culminando na moratória da dívida) e de deterioração acentuada das contas públicas. Após uma fase de prosperidade na década de 70, o ajustamento da economia a esses constrangimentos custou-lhe anos seguidos de pífio crescimento, cenário característico da década de 80.

Na tentativa de enfrentar a crise, notadamente da escassez de divisas, o Governo Federal instituiu o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), estabelecendo como uma das prioridades o apoio à agricultura de exportação.

Com o aumento da liquidez internacional nos anos 90, tornou-se vital a abertura das economias à livre circulação do capital, garantindo uma mais completa e veloz liberdade de deslocamento em escala mundial, implicando um processo de abertura e desregulamentação dos mercados muito rápido e envolvendo a economia brasileira. Isso, em um contexto em que, até então, se convivia com políticas protecionistas, baseadas em uma estratégia de crescimento por substituição de importações — associadas ao que se poderia chamar de projeto nacional de desenvolvimento. A integração crescente da economia brasileira com o capital internacional condicionava-se, ademais, ao controle do processo inflacionário que deu origem ao Plano de Estabilização de 1994.

Do ponto de vista que interessa ao estudo, esse longo período foi marcado por três acontecimentos relevantes no sentido de acionar a transformação da agricultura gaúcha.

O primeiro deles, de origem doméstica, data dos anos 80, quando a expansão acelerada da agricultura nos cerrados brasileiros, em um

contexto de piora do comércio internacional de *commodities* agropecuárias com relação aos anos 70, colocou em xeque a sustentabilidade da matriz histórica de funcionamento do setor no Estado. Isso constituiu um enorme desafio para a agricultura gaúcha, cuja resposta envolveu a reestruturação de vários de seus setores. Esse processo estendeu-se, aproximadamente, de 1985 a 1995 e constituiu o primeiro período definido para análise.

Os segundo e terceiro fatores indutores da transformação da agricultura gaúcha são exógenos, relacionados às mudanças na economia mundial a partir dos anos 90, e marcaram a passagem para uma nova fase de história da agricultura gaúcha.

O segundo relaciona-se ao fato de o mercado internacional de bens *commodities* ter-se deslocado rapidamente para um patamar mais alto, graças à entrada de novos e importantes mercados consumidores (China e Índia) de alimentos e matérias-primas minerais, segmentos produtivos onde o Brasil esbanja vantagens comparativas e competitivas. De tal forma isso se deu que o País se constituiu, na década de 90, em uma das poucas, e importante, fronteiras agrícolas mundiais.¹

Esse padrão de integração significou que a crescente internacionalização da produção não foi associada ao aumento da contribuição relativa das manufaturas, ou de produtos de mais alto valor agregado por unidade produzida, ou, ainda, densos em tecnologia,

¹ Tanto é assim que os olhos — e o dinheiro — de produtores e investidores internacionais se voltam cada vez mais para o Brasil. A AgBrazil, por exemplo, empresa norte-americana, sediada em Columbia, no Estado do Missouri, intermedeia negócios de aquisições de terras por norte-americanos no País. Em sua propaganda, ela chama a atenção dos interessados para as inúmeras vantagens da transação advindas, dentre outras razões, da quantidade de terras disponíveis e, principalmente, de seus preços:

“Brazil’s cerrado land is, without doubt, the cheapest highly productive agricultural land in the Western Hemisphere, and perhaps the world. By any measure, productive cerrado land is extremely inexpensive relative to good agricultural land anywhere in the Western World. Why? A major reason is simple supply and demand. There is a staggering amount of land in Brazil’s frontier and not enough Brazilian capital to buy and develop it. International investors could provide the needed capital [...]. The potential of this vast and largely untapped area—the largest virgin land mass on earth—is beyond rational speculation. Brazil’s high-plains, the cerrados, cover an estimated 207 million hectares, or about one-fourth of the country” (AgBrazil, 2009).

E outra grande vantagem apontada pelo corretor é que a compra da terra não implica o envolvimento do comprador com a exploração. Ele pode adquiri-la sob a forma de cotas-parte de um fundo de investimento, e a administração da propriedade real pode ser delegada a empresas ou administradores especializados. Segundo essa modalidade, a terra entra como um ativo no circuito financeiro internacional: *“If you are considering investing as an absentee investor, click on Investment Modules. This links you to a description of a profitable investment that does not require a huge amount of capital or direct hands-on management”* (AgBrazil, 2009, grifos nossos).

na composição da pauta de exportações. Na melhor das hipóteses, ele significou a manutenção da distribuição pré anos 2000 e envolveu transferências maciças de produtos minerais e agropecuários de baixo valor agregado para os mercados mundiais. Sendo assim, o período pode ser caracterizado como de revitalização do padrão primário-exportador do comércio internacional brasileiro.²

O terceiro fator indutor de mudanças apareceu em meados na década de 90, ganhando intensidade na virada do século, e associou-se a um processo muito importante e rápido de expansão mundial dos grandes grupos econômicos ligados ao agronegócio, baseado, também, na busca por novas fontes de provisão de matérias-primas agropecuárias no contexto referido de crescimento do mercado internacional e de liquidez financeira.

Esse processo alavancou rapidamente a integração do agronegócio gaúcho à economia global, por duas novas e diferentes vias: mediante o mecanismo de aquisição expressiva de empresas e marcas tradicionais do setor por grandes empresas internacionais e nacionais e através da chegada em bloco de grandes empresas na chamada Metade Sul do Estado, por meio de aquisições e novos investimentos.

Nesse mesmo período, o País como um todo exibiu um grande fluxo de entrada de capitais, na forma de investimentos diretos e financeiros (de cunho especulativo, inclusive na área de *commodities*), responsáveis por uma onda avassaladora de desnacionalização de empresas em todos os setores da economia, de centralização patrimonial e de concentração dos mercados. Poder-se-ia dizer que é um movimento em direção à adequação das escalas de produção domésticas ao volume do comércio internacional e facilitador da integração veloz da produção brasileira aos mercados internacionais,

² Conferir, a respeito, Benetti (2006). Nesse artigo, não se associou o processo de revitalização do padrão *commodity* do comércio internacional brasileiro no período à “desindustrialização” da economia. No entanto, há divergência entre analistas: alguns o associam claramente à desindustrialização; outros, indo mais longe e mais sutilmente, permitem essa caracterização, ao opinarem que, por vocação, o País se especializaria na exportação de produtos agropecuários — até industrializados — e marcharia para a feição de uma economia de serviços.

justamente por as empresas compradoras dos ativos serem transnacionais. Independentemente das razões desse movimento reestruturador, a internacionalização dos ativos e da produção do agronegócio brasileiro realizou-se, direta e principalmente, sob o comando do capital internacional.

O quadro econômico-institucional em que se inseriram esses acontecimentos foi o de prosseguimento do processo de abertura da economia iniciado no Governo Collor (1988) e, no fundamental, de manutenção das grandes linhas do Plano de Estabilização e das políticas macroeconômicas dos Governos Fernando Henrique nos dois mandatos de Lula que lhes sucederam. Com isso, no limiar do presente século, o País estava em condições de embarcar novamente em um processo de crescimento, o qual foi interrompido pela dramática crise financeira mundial revelada em setembro de 2008.

Trata-se aqui, ainda que de forma muito sintética, das macrodeterminações econômicas que impactaram direta e indiretamente a agricultura no período analisado.³ Todavia esses são marcos muito gerais, e, em um país de dimensões continentais, com características geográficas, culturais e histórias econômicas tão diversas, o foco regional impõe-se. Veja-se o caso do Rio Grande do Sul justamente. Quais são as questões que a herança histórica deixou, determinando formas particulares de articulação da economia agrícola estadual? Em particular, com que capacidade de resposta às mencionadas mudanças no cenário nacional e internacional a agricultura estadual podia contar? Essas perguntas fazem todo o sentido, quando se parte do pressuposto, mencionado na apresentação do texto, de que os movimentos de expansão e de contração das principais cadeias do agronegócio gaúcho estão associados às mudanças dos mercados (e, portanto, das economias) nacional e mundial.

³ No campo político-institucional, assistiu-se ao movimento “Diretas Já” (1984), ao final do governo militar (1985), conviveu-se com a Assembleia Geral Constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 e testemunhou-se a chegada ao poder de um partido autoproclamado de esquerda em 2003 (Barros; Giambiagi, org., 2008).

Admitindo-se, simplificada, a existência de dois rio-grandes agrícolas, o da Metade Norte e o da Metade Sul⁴, em função dos condicionantes geográficos, culturais e de sua formação econômica e social, como terão rebatido as mudanças dos cenários externos nessas duas civilizações e quais as alterações principais daí decorrentes?

A economia da Metade Norte foi construída com base na agricultura familiar diversificada e dinâmica, integrada em cadeias produtivas agroindustriais, a montante e a jusante, e aos mercados nacional e internacional, com uma forte participação na economia estadual.

Já a da Metade Sul desenvolveu-se, em relativamente grandes propriedades, por longos anos conduzidas por uma oligarquia agrária, produzindo bovinos de corte em sistemas extensivos de exploração, caracterizados por baixa produtividade física e econômica da terra e do capital.

2 OS ANOS DE 1980 A 1995

2.1 Os desafios da agricultura gaúcha

Inicialmente, considerando os anos 80 como ponto inicial de observação para a análise do comportamento do agronegócio, coincidentemente com a crise da economia nacional e o cenário negativo do mercado internacional de *commodities* agropecuárias, deve-se observar que a agricultura gaúcha atravessa um longo período de dificuldades, rebatendo fortemente sobre segmentos vitais da lavoura temporária e da produção de animais de grande porte. É o detalhamento dessa avaliação que será feito a seguir.

2.1.1 A recorrência de fatores naturais adversos

Entre 1986 e 1996, em 10 anos portanto, registraram-se seis anos quase seguidos de taxas de crescimento negativas da produção de grãos, a maioria associada a fatores climáticos adversos. A repetição

⁴ Neste texto, Metade Norte e Metade Sul podem ser chamadas, alternativamente, de Região Norte e Região Sul do Estado.

dos eventos naturais adversos em tão curto período levava a admitir que o fator clima se tornara um elemento estrutural da agricultura gaúcha e, portanto, um óbice ao seu desenvolvimento sustentado. Para culminar, ao final do período, em 1995, precisamente, o setor encontrava-se fortemente endividado — para não se dizer insolvente —, exigindo medidas do Governo, para aliviar os compromissos dos agricultores com o sistema financeiro. Essa situação refletiu-se na safra seguinte, 1996/97, dificultando a retomada do crescimento.

2.1.2 A expansão da agropecuária nos cerrados brasileiros — um fator irrefutável de desestabilização dos setores graneleiro e de bovinos de corte no Estado

A marcha acelerada de ocupação dos cerrados brasileiros com a lavoura temporária e a pecuária bovina, no período, como já foi referido, é outro fator explicativo das dificuldades da reestruturação da lavoura temporária e um elemento que reforçou a inércia da pecuária bovina em crescer e modernizar-se.⁵

A gravidade com que isso ocorreu explica os prognósticos feitos à época, segundo os quais, a continuar o ritmo com que vinha desenvolvendo-se a agropecuária nas regiões de fronteira brasileiras, o resultado seria a transformação da Metade Sul do Estado em um vasto campo criatório de terneiros para engorda nas pastagens dos cerrados brasileiros; e a Metade Norte, seria ocupada com extensas áreas de florestas, ou, até mesmo, simplesmente, por matos, nas áreas abandonadas pela lavoura. Em uma versão menos dramática, e no que diz respeito às áreas ao norte do Estado, admitia-se a sobrevivência de um núcleo de lavoura constituído por estabelecimentos operando com escalas e técnicas de produção compatíveis com os novos padrões estabelecidos pelas explorações das regiões da fronteira — grandes escalas e utilizando funções de produção densas em capital e tecnologia.

⁵ Conforme Benetti (2003).

A razão principal das dificuldades relacionava-se à falta de competitividade da agropecuária gaúcha frente à que estava sendo praticada nas áreas em expansão dos cerrados brasileiros. Falta de competitividade derivada do esgotamento da fronteira agrícola interna, implicando o estabelecimento de escalas de produção inadequadas tanto para a exploração de grãos em boa parte da lavoura na Metade Norte quanto para a da pecuária extensiva na Metade Sul, comparativamente às vigentes nos cerrados. Tais escalas, dali para diante, deveriam passar a ser o padrão da organização da produção de grãos no Brasil.

As dificuldades mencionadas, por se associarem a novos padrões de competitividade do mercado estabelecidos pela agricultura das áreas novas de expansão da lavoura, são de natureza exógena ao estabelecimento agropecuário. Não bastassem por si mesmas, elas somam-se às de natureza endógena, às dificuldades estruturais de sustentabilidade da pequena produção, relacionadas à capacidade de geração de renda e emprego.⁶ No contexto da crise dos mercados dos anos 80, ela se viu, assim, atacada duplamente por um, por assim dizer, “efeito-tesoura”.

2.1.3 Cenário internacional do mercado agroalimentar

O cenário externo para os produtores agropecuários nos anos 80 não foi favorável, resultado de um importante excedente da oferta sobre a demanda em âmbito mundial. Esse *gap* surgiu em decorrência do crescimento considerável da produção na Europa e nos Estados Unidos, nos anos que lhes precederam, face ao comportamento estacionário da demanda nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. O período, notadamente a primeira metade dos anos 80, caracteriza-se mesmo como de crise de caráter estrutural no comércio mundial — “[...] que se manifesta em um acúmulo de

⁶ Conferir, a respeito, PIIRS (1978, v. 1).

estoques, no aumento da instabilidade, na drástica queda dos preços internacionais e na forte reversão da tendência expansionista dos volumes comercializados.” Sendo assim, tratava-se de

[...] uma situação precisamente oposta à vigente na década de 70, onde predominou o crescimento da demanda, a aceleração da intensidade do comércio e reduzidos estoques mundiais, além de preços internacionais em ascensão” .(Delgado, 1998)

2.2 Mudanças estruturais no agronegócio do RS: a reestruturação empreendida pelos produtores gaúchos no período 1985-95

2.2.1 Desestruturação, estruturação e reestruturação nas cadeias de produção

2.2.1.1 Xequemate na multicooperativa, estratégia de crescimento do cooperativismo do trigo e da soja⁷

Um acontecimento marcante desse período foi a falência do projeto do cooperativismo empresarial, a grande estratégia de crescimento dos produtores dos grãos de soja e de trigo da Metade Norte do Estado na década de 70. Ela consistia em crescer intensivamente, agregando valor ao produto agrícola, mediante a constituição de todos os elos da cadeia produtiva. Isso compreendia desde a instalação de indústrias de suprimentos agropecuários (fertilizantes, etc.) e de beneficiamento de grãos da soja, passando pela constituição de *tradings* de exportação para os mercados nacionais e internacionais, até a prestação de serviços relacionados à circulação da produção.

Por ter sido a multicooperativa a primeira experiência de constituição de uma cadeia agroalimentar moderna no setor de grãos do RS, em que todos os seus elos seriam de propriedade coletiva, e por ter sido gestada tão precocemente é que lhe será dado destaque no contexto deste artigo.

⁷ Para uma visão mais precisa sobre o conceito, os fatos, as razões e a formação da multicooperativa, ou das cooperativas empresariais, ver Benetti (1982).

Essas instituições, que haviam nascido como resultado da organização dos produtores de trigo na década de 50, apoiadas pelo Estado em sua política de substituição de importações do cereal, desde seu nascimento estiveram associadas a uma agricultura explorada em bases empresariais e modernas, considerando os padrões vigentes na época.⁸

A crise da lavoura do trigo, cujo ápice aconteceu em 1956,⁹ havia freado o crescimento das cooperativas. No entanto, estas ganharam um fôlego muito grande, ao se transformarem em uma instituição-chave para a implantação da moderna lavoura de soja no Rio Grande do Sul. Para isso, puderam contar, novamente, com o apoio fundamental do Estado, além, é claro, de um surto de crescimento da demanda internacional da *commodity* nos anos 70.

É interessante ter-se presente que os governos militares tinham um projeto de desenvolvimento da agricultura brasileira de caráter modernizador, cuja operacionalização implicava o compartilhamento com o setor privado — cooperativista ou tipicamente privado — da implantação de cadeias de produção agropecuária. Para os elos estratégicos da cadeia, como a produção da matéria-prima dos fertilizantes e a pesquisa agropecuária,¹⁰ o objetivo era contar com empresas públicas como agentes privilegiados; para a produção de

⁸ É interessante mencionarem-se, nesse contexto, os aspectos políticos dessa criação institucional. A constituição das cooperativas foi liderada por um grupo de produtores conhecidos como granjeiros, embora o processo tenha sido

“[...] marcado, tanto no seu conteúdo como nas orientações táticas, por influências pluripartidárias, bem como pela diversidade de interesses e posicionamentos político-ideológicos, em razão da complexidade de sua composição social, já que congregava grupos sociais diversos, como granjeiros do trigo, os colonos descendentes de imigrantes europeus e os sem-terra. A estruturação do cooperativismo tritícola no sul do país ocorreu em um entrecruzar de forças, nesse complexo de relações onde interferiram as reivindicações e pressões dos triticultores, mas também desempenhou papel muito importante o Estado. E esse entrecruzar de forças, esse complexo de relações foi determinado pela trajetória da sociedade brasileira, refletindo ora avanços, ora retrocessos no privilegiamento dos interesses de suas bases sociais” (Falkembach, 1988, p. 116).

⁹ A crise “[...] inviabilizou um grupo de pequenos agricultores aproximando-os do conjunto dos sem-terra e agrupando-os no Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra)”, criado em 1961 por Leonel de Moura Brizola e dando o primeiro passo para a luta pela reforma agrária no País (Falkembach, 1988, p. 130).

¹⁰ Em 7 de dezembro de 1972, o então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.881, que autorizava o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. O artigo 7º estabelecia um prazo de 60 dias para a expedição dos estatutos e determinava que o decreto fixasse a data de instalação da empresa. O Decreto nº 72.020, datado de 28 de março de 1973, aprovou os estatutos da Empresa e determinou sua instalação em 20 dias (Embrapa, 2009). Até hoje, a empresa permanece vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

fertilizantes, empresas nacionais, os demais segmentos da cadeia produtiva podendo ser compartilhados com empresas nacionais e internacionais. Nas palavras de Delgado (2009),

[...] a modernização da agricultura esteve intimamente associada a uma onda de internalização do que na época se chamava de complexo agroindustrial [...] num processo que foi chamado de industrialização da agricultura ou revolução verde”.¹¹

Tratava-se de um projeto de substituição de importações, de caráter nacionalista e conservador, uma vez que deixava intacta a estrutura fundiária. As cooperativas de trigo e soja nos estados meridionais do País tornaram-se o veículo privilegiado do surto de modernização conservadora do campo na década de 70, ao intermediarem o crédito oficial farto e subsidiado para a compra de insumos (adubos, fertilizantes, sementes) e de máquinas e implementos para os agricultores e ao tomarem o crédito em seu próprio nome para a montagem dos elos constitutivos da cadeia produtiva (estocagem, transporte, instalações portuárias, indústrias).

Até projetos de colonização no norte do Brasil foram assumidos pelas cooperativas induzidas pelo INCRA, órgão do Ministério da Agricultura.¹² A questão agrária seria enfrentada no âmbito da cooperativa através de dois mecanismos: modernização das unidades de produção viáveis economicamente e implantação de colônias de produtores constituídas por quadros do seu corpo social em áreas de fronteira agrícola, nos cerrados brasileiros. O projeto de colonização não teve o alcance esperado, todavia é certo que, em solo gaúcho, o cooperativismo sustentou um segmento importante de pequenos produtores de grãos, postergou a expulsão do mercado de outros tantos

¹¹ Delgado (2009) já vê no processo a liderança das empresas multinacionais. Todavia discorda-se de sua interpretação. As razões podem ser conhecidas lendo-se Benetti (2002).

¹² “No ano de 1975, a Cotrijuí iniciou, a convite do INCRA, um projeto de colonização na Amazônia, com o fim de reassentar os colonos sem-terra existentes em sua área de influência”.

“Com o objetivo de atender a essa atividade, a cooperativa criou um Departamento de Colonização cujo objetivo era o de executar programas de colonização e/ou operações de remembramento de minifúndios de conformidade com diretrizes gerais ou específicas emanadas da legislação ou dispositivos regulamentares vigentes”. Ver, a esse respeito, Cotrijuí, Estatuto Social de 29/09/76, cap. 2, art. 3, 11. (Benetti, 1982, p. 83, grifo nosso). Foram projetos de colonização executados no Estado do Pará, nas regiões de Altamira e Prainha (Benetti, 1982, p. 84). Ao mesmo tempo, tanto a Cotrijuí como a Cotrisa, ao final dos anos 70, instalaram-se no Estado do Mato Grosso do Sul, na região dos cerrados, através da incorporação de cooperativas existentes (Benetti, 1982, p. 92).

e, assim, adiou a radicalização dos conflitos pela terra. Quaisquer que fossem as intenções e as implicações do projeto, o fato é que, face à ausência histórica de políticas públicas de bem-estar social para as populações agrárias, o associativismo se constituiu no único suporte de uma ampla camada de pequenos produtores agrícolas (Benetti, 1985).

É interessante referir-se que as cooperativas também se estabeleceram na Região Sul do Estado; dessa forma, os “gringos”, objetivamente, estariam levando para a Campanha sul-rio-grandense a experiência do cultivo da terra – um ataque positivo ao sistema de produção prevalecente.

Na medida em que cooperativas como a Cotrijuí e a Cotrisa se instalaram também no Estado do Mato Grosso do Sul, ao final dos anos 70, percebe-se que elas tiveram, muito cedo, uma visão clara da importância da fronteira agrícola na estratégia de crescimento da empresa.

No começo dos anos 80, as empresas cooperativas, em um cenário de crise da economia nacional, estavam insolventes. A montagem da cadeia produtiva caracterizou-se pelo endividamento rápido e de curto prazo – em boa parte, constituído de recursos captados nos mercados internacional ou vinculados à moeda estrangeira. Era um período de abundantes recursos financeiros no mercado internacional. Em 1982, as dívidas de curto prazo da Central das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (Centrasul) correspondiam a 88% do total das dívidas com o setor financeiro; 67,7% das dívidas de curto prazo eram constituídas de Antecipações de Contratos de Câmbio (ACCs); e, do total das dívidas, 69,5% eram em moeda estrangeira.¹³

Incapazes de captar novos recursos e às voltas com o aumento das taxas de juros, não restou às cooperativas outra alternativa a não ser desfazer-se da estrutura produtiva montada, entregando os investimentos industriais e portuários a investidores tipicamente

¹³ Conferir, a respeito, Benetti (1985a).

privados, inclusive internacionais. Voltavam, assim, ao ponto do qual partiram, um cooperativismo de comercialização de grãos, fazendo corretagem das mercadorias entre o produtor e os compradores, estes constituídos por grandes empresas nacionais e internacionais.

Entende-se que foi uma oportunidade perdida, uma estratégia abortada de constituição de uma cadeia integrada de produção e comercialização de grãos constituída pelo, ou sob, domínio do capital nacional. Se consolidado, o projeto colocaria as cooperativas como um *player* importante nos mercados externos, junto com multinacionais importantes, como a Samrig do grupo Bunge e Born, que já se havia implantado no Rio Grande do Sul há longo tempo, a Cargill, a ADM e a Louis Dreyfus

Em meio a um forte e instigante debate acadêmico, na época, em torno de qual seria o tamanho ideal para que as cooperativas melhor servissem ao produtor associado — debate muito rico, mas que só pode ser resumido e expresso muito esquematicamente neste contexto —, defendia-se a ideia de que

[...] num mercado em que seus parceiros são grandes grupos transnacionais, a forma efetiva de as cooperativas servirem aos associados consiste em sua própria transformação em grandes empreendimentos econômicos (Benetti, 1984).

Em resumo, servir ao produtor passava pelo seu “agigantamento”, estratégia de crescimento muito criticada, sobretudo, pela esquerda, que via a grande cooperativa como uma típica grande empresa capitalista e, como tal, um lugar privilegiado de “expropriação” do pequeno produtor. Mas o argumento em defesa da grande cooperativa era: como não ser grande face a uma estrutura de mercado oligopolizado, constituído, pois, por um pequeno número de empresas respondendo por uma parcela muito grande das compras de matérias-primas face à miríade de pequenos produtores não organizados?¹⁴

¹⁴ Entende-se que a questão, ou o problema, era de outra ordem: estava localizado na órbita política, consistindo em saber quem controlava a cooperativa e em como estavam operando os mecanismos institucionais de controle. A justificativa do que, na época, se chamava de agigantamento do cooperativismo estava associada à ideia de fortalecimento de uma estrutura empresarial moderna, de base nacional quanto à propriedade e ao seu controle, e capaz de integrar pequenos e médios produtores (Benetti, 1984).

2. 2. 1. 2 Formação das cadeias de produção de animais de pequeno porte e leite

Iniciado nos anos 70, com a experiência das cooperativas, o processo de integração vertical tendeu a se generalizar no âmbito das empresas agroindustriais sul-rio-grandenses, envolvendo muito particularmente as voltadas ao beneficiamento de animais de pequeno porte (suínos e aves) e a produção de leite.¹⁵ Tal processo foi acompanhado da introdução do progresso técnico nos vários elos constitutivos das cadeias agroalimentares, liderado pelas respectivas agroindústrias.

Estas últimas trataram de estabelecer vínculos formais com seus provedores, aumentar o número de produtores integrados, ou estreitar os vínculos preexistentes com os mesmos, e organizar a produção nos estabelecimentos segundo as exigências do novo modelo. Em suma, viveu-se um processo geral de integração da pequena produção primária à agroindústria no interior de cadeias agroalimentares de produção de carnes suínas, aves e leite, implantadas pelos respectivos elos industriais.

Essas transformações refletiram-se muito rapidamente nas altas taxas de crescimento da produção animal, principalmente de leite e de aves. Mas o crescimento da produção primária não ficou restrito às mencionadas linhas de produção. Na verdade, ocorreu a reconversão da pauta de produção da agricultura, privilegiando, em geral, produtos de maior densidade de valor com relação aos recursos produtivos utilizados. A mudança está refletida na evolução da estrutura do Valor Bruto de Produção (VBP) agropecuário relacionada ao período 1980-97.

Os produtos caracterizados por utilizarem muita mão de obra e pouca terra, que são produzidos nas pequenas propriedade agrícolas e que não são tão exigentes quanto à qualidade dos solos, como o fumo, o leite, as aves e as frutas, em conjunto, aumentaram sua participação

¹⁵ Estimativas apontavam que, em meados dos anos 90, os produtores integrados na cadeia de suínos respondiam por 70% da oferta de animais para abate.

no VBP em quase 9%, entre 1980 e 1997, enquanto a participação da soja caiu ao redor de oito pontos no mesmo período.

Os indícios dessa mudança estrutural já podem ser percebidos na década de 80, quando aumenta a participação da lavoura do arroz e da produção de aves no valor total do VBP. O movimento prossegue nos anos 90, expresso nos ganhos de participação da produção de frutas, de leite, e, principalmente, do fumo.

O dinamismo da pequena produção de animais e de leite foi a resposta aos problemas da exploração de grãos em pequena escala no novo ambiente competitivo e veio acompanhado da estruturação e da reestruturação das respectivas cadeias de produção. Cooperativas antes envolvidas principalmente com a comercialização da soja, como a Cotrijuí, com sede em Ijuí, e a Cotrel, em Erechim, foram dois bons exemplos dessa diversificação para cadeias de produção de animais de pequeno porte e leite. Aqui, novamente, o cooperativismo reestruturou-se e em caráter empresarial, adaptando-se a um novo meio ambiente econômico, o que lhe permitiu, mais uma vez, contribuir para a permanência de uma camada da pequena produção no mercado. As aludidas transformações na pauta da produção agropecuária resultaram em taxas de crescimento muito mais expressivas do subsetor representativo da produção animal com respeito ao vegetal e superiores às de evolução da agropecuária como um todo.

Finalmente, um comentário sobre o setor da bovinocultura de corte. A pecuária bovina, explorada em caráter extensivo, e que, reconhecidamente, gera baixíssimos resultados econômicos, quando comparada aos obtidos pela lavoura, perdeu posição na estrutura produtiva a tal ponto que, na metade da década de 90, encontrava-se em posição inferior às alcançadas individualmente pela produção de aves, leite, e fumo. Veja-se que foi de tal forma medíocre o crescimento da pecuária que sua contribuição ao VBP situou-se ao nível alcançado pela fomicultura no triênio 1995-97, salientando-se que a criação de bovinos envolvia cerca de 10 milhões de hectares, e a área ocupada com fumo, pouco mais de 200.000 hectares. O setor ficou

O movimento da produção. (Três décadas de economia gaúcha, v.2). 2010

verdadeiramente à margem do processo de reestruturação e da obtenção de ganhos de produtividade.

A abertura e a estabilização da economia brasileira, no período pós 1990, só fizeram aprofundar uma crise estrutural abafada, em grande medida, pelo surto de crescimento do arroz nas terras antes destinadas às pastagens. Com o arrefecimento das taxas de crescimento dessa lavoura no período, escancarou-se a crise da bovinocultura de corte.

Considerando-se a idade de abate dos animais como um indicador do nível da eficiência da pecuária de corte e que um bom índice de produtividade nesse campo seria a entrega de animais ao abate, na época, com menos de dois anos, conclui-se que foram extremamente lentos os ganhos de eficiência do setor no período entre os anos 70 e os 90. Isto porque a oferta de animais jovens na composição total dos abates, que era praticamente nula em 1970, teria passado para 20% no decurso de duas décadas. É possível que tenha havido uma aceleração desse processo depois de 1990. Tais mudanças, contudo, não alteram o fato de que, na época, ainda 50% dos produtores estaduais apresentavam perfil tradicional, explorando a pecuária com um baixo padrão tecnológico, segundo qualquer indicador utilizado para medir a produtividade no setor. Outros 35% do total de pecuaristas trabalhavam com tecnologia melhorada e tão somente 15% se enquadravam no perfil do produtor empresarial e com altos níveis de tecnologia (Benetti, 1998).

Uma conclusão a que se pode chegar a respeito do conjunto das informações apresentadas é que as mudanças estruturais da agricultura do RS, no período, ocorreram de forma muito mais importante na pequena produção e, assim, relacionaram-se às transformações na estrutura produtiva da Região Norte do Estado — atestando a capacidade dessa economia em responder positivamente aos desafios que lhe são impostos pelas mudanças no meio ambiente econômico em que se encontra circunscrita.

Uma segunda observação é que a formação e a diversificação (acompanhadas da incorporação do progresso técnico) nos setores constitutivos das cadeias integradas verticalmente corresponderam a uma nova forma de expansão da agricultura gaúcha a partir dos anos 80, através da agregação de valor à produção primária. Em outras palavras, essa forma de organização da produção correspondeu à de crescimento vertical por agregação de valor a partir das matérias-primas agropecuárias — estratégia concebida pela primeira vez, na década anterior, pelo cooperativismo de grãos.

2.2.2 A reestruturação do setor graneleiro e seu reflexo nos ganhos de produtividade

Entre 1980 e 1995, a área da lavoura de grãos¹⁶ no Estado apresentou uma redução líquida de 900.000 hectares como resultado do decréscimo de 1.330.000 hectares das áreas da soja e do trigo e do acréscimo de 418.000 hectares nas culturas de arroz, milho e feijão. Tais perdas líquidas apareceram de forma mais importante entre os anos de 1990 e 1995.

Mas o interessante é que a redução na área não foi acompanhada de decréscimo na produção física dos grãos; ao contrário, ocorreu um crescimento muito expressivo da variável, da ordem de cinco milhões de toneladas — graças ao crescimento da produtividade física da terra.

Olhando as séries de produção, área e rendimento físico dos cultivos de grãos em um período mais longo, de 1965 a 1995, nota-se que ocorreram dois processos bem diferenciados com relação ao padrão de crescimento da lavoura no Estado. Entre 1965 e 1980 e, principalmente, 1965 e 1975, a expansão da lavoura verificou-se extensivamente, através da incorporação da área de cultivo. Já no transcurso do período 1980-95, a produção cresceu fundamentalmente através do aumento da produtividade. Deve-se assinalar, ainda, que, entre 1990 e 1995, período que coincide com o início da abertura da

¹⁶ Trata-se dos seguintes grãos: arroz, trigo, soja, milho e feijão.

economia brasileira e no qual ocorreram as maiores reduções na utilização das terras, os índices de incremento da produtividade foram quase o dobro dos registrados entre 1985-90.

Mas, como houve decréscimo no nível absoluto de terra utilizada, o crescimento da produtividade não foi um mecanismo de recriação da fronteira interna que possibilitasse a expansão física da produção da lavoura.

Com efeito, no ano de 1980, havia oito milhões de hectares cultivados com grãos, número que baixou para sete milhões em 1990, até atingir 6,3 milhões em 1995. Como a produção cresceu de 12,3 milhões de toneladas para 17,3 milhões entre 1980 e 1995, o rendimento médio passou de 1,53 toneladas por hectare para 2,72 t/ha, representando um acréscimo de 78% em 15 anos (Grando, 1996).

As mudanças ocorridas nos níveis de produtividade estavam relacionadas à introdução de novas técnicas de plantio e de manejo dos solos nos estabelecimentos agropecuários, dentre as quais sobressai o plantio direto¹⁷ associado à rotação das culturas, processo que ganhou expressão a partir de 1985. As estimativas disponíveis na época davam conta de que o plantio direto podia chegar a dois milhões de hectares, que representam 33% do total da área, de seis milhões de hectares explorados com lavoura no Estado.

Embora os aumentos da produtividade física da lavoura de grãos no Estado possam ser atribuídos de forma importante à incorporação do plantio direto pelos produtores, é importante registrar-se que os mesmos devem estar também associados à adoção de outras técnicas de produção, à introdução de novas variedades de sementes, à maior racionalização no uso dos solos — cujos melhores exemplos constituem a busca de adequação do plantio à capacidade de uso dos solos e o aumento das escalas de produção da lavoura de grãos —, processos

¹⁷ O plantio direto é uma técnica de cultivo que evita, ao máximo, o revolvimento dos solos na fase de preparação à semeadura, plantando-se diretamente sobre a resteva das culturas anteriores e, portanto, deixando-se de arar e gradear a terra, atividades estas associadas ao plantio convencional. Esse sistema, além de utilizar menos máquinas e equipamentos, adubos e defensivos agrícolas e mão de obra — portanto, reduzindo os custos de produção —, tem a vantagem de preservar os solos, redundando em um aumento da sua produtividade física e beneficiando o meio ambiente em geral.

estes relacionados tanto à introdução do progresso técnico quanto às melhorias no processo de produção agropecuária.

No que diz respeito ao fator adequação no uso dos solos sobre o crescimento da produtividade é possível associá-lo — em um quadro de redução paralela da área cultivada — ao abandono da lavoura em áreas geográficas onde as condições edafoclimáticas desaconselham sua exploração, devido aos riscos a que estaria sujeita (perdas recorrentes de safras) e/ou, ainda, à baixa produtividade resultante.

Sendo assim e aceitando-se, ademais, o argumento de que, no transcurso desse período, ocorreu uma série de fatores¹⁸ externos adversos, que comprometeram o aumento da produção e da manutenção das margens de lucro da lavoura, então é possível relacionar-se a redução da área cultivada no RS ao conhecido mecanismo de ajuste segundo o qual, em períodos de dificuldades, saem fora do mercado os produtores marginais, isto é, de produtividade menor, aumentando, com isso, a produtividade média da lavoura.

Um exercício muito simples ajuda a sustentar o argumento. Deduzindo-se, em determinada região, o estoque de terras aptas à lavoura de grãos do total de terras utilizado com essa finalidade, encontra-se um resultado positivo ou negativo. A existência de um resultado negativo, que é o caso que interessa observar-se, indica que parte da lavoura na região estava sendo explorada em terras inadequadas.¹⁹ Nesse caso, a produtividade dessas terras seria menor e deveria ser associada à redução da área da lavoura na região, correspondendo a um processo espontâneo de ajuste.

Os resultados desse confronto mostram duas situações distintas no ano de 1995. Os maiores desequilíbrios por superutilização dos solos apareciam nas regiões de pequena propriedade ao norte do Estado, e as maiores porções de terras subutilizadas — exploradas aquém de sua

¹⁸ Entre esses fatores, citam-se: o crescimento da concorrência com a produção do Brasil central, as restrições ao financiamento da produção, a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, as variações climáticas que implicaram severas perdas de safras, e, por fim, mas não menos importantes, a abertura e a estabilização da economia brasileira.

¹⁹ A inadequação no uso da terra resulta da exploração com grãos, de solos potencialmente impróprios para cultivo intensivo e/ou que estejam situados em áreas geográficas cujo clima desaconselha a plantação da generalidade dos grãos, ou de uma, ou de mais espécies dos mesmos.

potencialidade de uso, constituindo reserva de crescimento da lavoura, fronteira agrícola estadual — nas regiões sudoeste e parte da noroeste — *grosso modo*, zonas tradicionais de exploração da terra com pastagens para animais.²⁰

É importante notar-se que foi precisamente na Região Norte que ocorreu a maior redução de área de lavoura durante os anos 1985 e 1995: 43% do total de 1.333.000 hectares. Trata-se de uma região de predomínio absoluto da pequena propriedade familiar e que, historicamente, explorou a lavoura em pequeníssima escala.

Assim, pode-se concluir que saiu do mercado o segmento da lavoura de grãos assentado em áreas cujos solos e clima se mostravam inadequados à exploração de grãos e que esse problema diz respeito, principalmente, às regiões da Metade Norte do Estado e onde se concentra a exploração da lavoura em pequena escala.

Essas hipóteses são coerentes com informações de que parte das terras potencialmente menos férteis e que foram sendo abandonadas para cultivo comercial se tornaram lugar de moradia, particularmente para o segmento dos idosos da população rural, ou reverteram para pastoreio de animais, ou, ainda, para o plantio de florestas.²¹ Mas não apenas o abandono das terras menos férteis poderia explicar o aumento da produtividade da lavoura. A melhoria pode estar também associada ao aumento das escalas de produção dos grãos no Estado.

Em primeiro lugar, deve-se ter presente que, ainda em 1995, a produção de grãos provinha, de forma significativa, da pequena propriedade: 95% dos produtores de soja cultivavam o grão em áreas inferiores a 50 hectares e respondiam por metade da produção do Estado. Quanto aos produtores de milho, 80% deles cultivavam em

²⁰ O confronto foi efetuado utilizando a regionalização do PIIRS, aquela que divide o Estado em nove Regiões de Programação (RP). A superutilização é concentrada na RP1, que abarca, entre outros, os Municípios de Três de Maio, Criciúma, Iraí e Getúlio Vargas. Os maiores níveis de subutilização, nas RPs 4 e 9. A RP4, abrange, por exemplo, os Municípios de Itaqui, São Borja, Júlio de Castilhos, enquanto a RP9, Uruguaiana, Dom Pedrito, Bagé e Santana do Livramento.

²¹ Em favor da primeira hipótese, pesa a atuação do INSS, que, a partir de 1992, por força da Constituição de 1988, universalizou a assistência previdenciária, incluindo amplos contingentes da população rural. Em 2006, um terço, aproximadamente, da população rural recebia aposentadoria por idade, o que representava 64% do total de benefícios concedidos pelo INSS naquele ano. E, em termos médios, em 2006, a participação dos benefícios pagos representava 12% do total do VAB da agricultura.

menos de 50 hectares, sendo que 45% semeavam o grão em estabelecimentos com menos de 20 hectares.

De outra parte, deve-se considerar que os grãos se caracterizam por serem produtos que geram relativamente baixo valor adicionado por unidade de área utilizada e que, assim sendo, não permitem gerar uma renda familiar adequada na pequena propriedade. Como ocorreu, de fato, um crescimento importante da lavoura e da pecuária intensivas, acompanhado da perda de área da lavoura de grãos, e como, ademais, isso se verificou nas regiões de predomínio da pequena propriedade, é razoável concluir-se que, perseguindo um nível de renda maior, os pequenos produtores passaram a reconverter suas áreas de lavouras para a exploração de produtos de maior densidade de valor agregado, como fumo, frutas, suínos, aves e leite.

Embora seja plausível concluir, como foi feito acima, que esse processo de reconversão ocorreu com maior intensidade nas propriedades assentadas em solos de baixa fertilidade, não se exclui que esses ajustes tenham ocorrido também em pequenas propriedades localizadas em solos férteis. E isso simplesmente em razão de que as escalas reduzidas em que operavam não produziam resultados econômicos (renda) satisfatórios para o produtor. De qualquer forma, houve uma mudança no perfil de produção da pequena propriedade, reduzindo-se a produção de grãos, a qual passou a ficar mais restrita ao domínio das médias e das grandes propriedades. Este seria mais um argumento consistente para explicar o problema do aumento da produtividade da lavoura em condições de redução da área de sua exploração. Com efeito, os dados preliminares do Censo de 2006 mostram que, no período de 1995 a 2006, aumentaram as escalas médias de produção da lavoura de grãos e de animais de pequeno porte (suínos e aves) e de leite, dando continuidade ao movimento verificado entre 1985 e 1996.²²

²² Sejam quais tenham sido as fontes do aumento da produtividade das lavouras gaúchas, o certo é que ela veio aumentando desde a safra 1976/77. É interessante observar-se que, até 1995, aproximadamente, ela evoluiu mais favoravelmente no Estado do que País. Somente a partir dessa data é que se inverteu esse quadro, mesmo assim, em uma situação de crescimento dos índices no Estado. Bem ao final do período, a queda do indicador reflete a dramática frustração da safra 1995/96. A vantagem brasileira aparece com a O movimento da produção. (Três décadas de economia gaúcha, v.2). 2010

3 OS ANOS 1996 A 2008

3.1 As duas revoluções agroalimentares chegam ao Brasil; a liberalização dos mercados e a súbita e importante “desregionalização” dos ativos e dos mercados das empresas gaúchas

O agronegócio brasileiro passou por duas revoluções tecnológicas desde o final dos anos 90.²³ A mais importante delas associou-se à chegada ao Brasil das empresas transnacionais criadoras e produtoras de sementes geneticamente modificadas e que induziram a sua introdução em grande escala nas lavouras de soja. Começava, então, a segunda revolução verde na agricultura brasileira, que é importante porque a indústria de biotecnologia tem a capacidade de mudar radicalmente o padrão atual de crescimento da agricultura — associado à reprodução contínua de um conjunto relativamente fixo e indiferenciado de matérias-primas agropecuárias — em direção a um novo tipo, cuja característica é a de realizar a diversificação de produtos na própria órbita de produção primária. Nesse caso, a segmentação do mercado deixa de ser realizada exclusivamente na esfera industrial, compreendendo também a agrícola. Pode-se, nesse sentido, falar da industrialização da agricultura.

Daqui para frente, cada vez mais, as transformações da agricultura serão induzidas pelo novo setor voltado à pesquisa e à produção de organismos geneticamente modificados, situado a montante, e não mais, principalmente, pelo setor de processamento das matérias-primas, atividade desenvolvida a jusante. Finalmente, cabe ressaltar-se que as inovações na área de biotecnologia produzirão,

produtividade do Rio Grande do Sul em ascensão. Além disso, apenas até os primeiros anos da década que se iniciou em 2000, verifica-se um equilíbrio entre as evoluções nas duas instâncias geográficas, uma vez que a relação entre elas permanece em torno de 1. Independentemente das comparações com o Brasil, o certo é que, no longo período, o segmento da lavoura temporária localizado no Rio Grande do Sul evoluiu unicamente pelos ganhos de produtividade (CONAB, MAPA).

²³ As informações e as análises interpretativas dos processos de centralização e desnacionalização dos ativos das empresas brasileiras no período são encontradas com mais detalhes em Benetti (2000; 2002; 2002a).

devido ao encadeamento intersetorial das atividades, alterações profundas nos setores de suprimentos agrícolas — fertilizantes, defensivos, sementes, etc. e de saúde animal.

A MP 131, de 25.09.2003, produzida no primeiro mandato do Presidente Lula, oficializou a lavoura transgênica no País, fato que afetava diretamente o Rio Grande do Sul, onde se estimou que 65% da área de soja plantada utilizavam sementes modificadas e envolviam cerca de 150.000 pequenos produtores rurais. É importante chamar-se a atenção para o fato de que a medida era do interesse de todos os produtores, uma vez que sua utilização baixa os custos de produção ao poupar o uso de defensivos.

Supondo-se que a taxa de adesão dos produtores gaúchos à semente transgênica ficava em 65%, então ela se aproximava dos níveis da norte-americana (68%), embora ficasse abaixo dos altos índices estimados para a Argentina (90%). Ora, considerando-se que a semente então usada pelos gaúchos tinha origem na produção contrabandeada da Argentina e considerando-se, ainda, que o país vizinho as utilizou pela primeira vez em 1996, pode-se admitir que o plantio dos transgênicos no Estado teve início na safra 1998, ou, mais remotamente, na de 1997, atestando, em qualquer caso, a notável rapidez da adoção das sementes modificadas pelos gaúchos, antes mesmo de sua oficialização.

Considerando-se que a nova tecnologia reduz custos de produção e que provou ser mais resistente a fatores climáticos adversos, então é claro que ela teve efeitos positivos sobre a lavoura, principalmente sobre a praticada em pequena escala, a qual se vê constantemente ameaçada em sua sobrevivência. É bom lembrar-se, ainda, que a chegada da Monsanto no mercado das sementes transgênicas no País coincidiu com sua associação com a empresa governamental Embrapa, subordinada ao Ministério da Agricultura, que respondia por 65% da produção de sementes de soja.

A segunda revolução tecnológica mencionada correspondeu à transformação operada no setor de processamento da produção agrícola

da cadeia agroalimentar, a qual se convencionou chamar de revolução agroindustrial.

Tratou-se de uma verdadeira revolução, no sentido de que o setor de processamento de produtos agropecuários descontinuou não apenas o ritmo, mas também a natureza do processo de desenvolvimento, e rumou, abruptamente, em direção a um novo paradigma de produção e de competitividade, graças a novas tecnologias. Nesse novo padrão, o dinamismo das empresas condiciona-se à sua capacidade de segmentar o mercado, isto é, de multiplicá-lo a partir de um conjunto relativamente conhecido de insumos agropecuários. Foi a época da diversificação da produção de bens na órbita da agroindústria.

Os condicionantes da reestruturação do setor agroindustrial estão associados, privilegiada e inequivocamente, aos processos de globalização da economia mundial e de abertura da economia brasileira a partir de 1990. Isto porque, com eles, acelerou-se brutalmente a difusão no mercado doméstico dos padrões de produção da indústria agroalimentar consolidados nos países desenvolvidos, na década de 80, padrões que resultaram de uma verdadeira revolução na área de processamento da produção primária e na instauração de uma dinâmica de crescimento setorial similar à dos demais setores econômicos. Muito desse processo de difusão esteve associado à chegada de multinacionais ao País.

Não é de se estranhar que as duas revoluções, processadas quase simultaneamente, tenham dinamizado o agronegócio brasileiro na intensidade verificada. A mudança nos paradigmas das produções agroindustrial e agrícola, disponibilizadas por pesquisa e tecnologia, foi acompanhada pelo processo muito forte de concentração do capital nos setores industriais a montante e a jusante da agricultura (pesquisa e suprimentos agrícolas e agroindústria), aumentando as escalas, de modo a permitir às empresas atuar competitivamente no mercado e constituindo barreiras à entrada de novos capitais.

Esse movimento de concentração de capital não ficou restrito a esses âmbitos, generalizando-se aos demais setores que integram a O movimento da produção. (Três décadas de economia gaúcha, v.2). 2010

cadeia de produção agroindustrial, a saber, grande comércio varejista (supermercados), atacadista e transportes, incluindo também o da produção de matérias-primas alimentares. Vale dizer-se: a partir do momento em que aumentam as escalas de um setor os que lhe estão direta e indiretamente relacionados tendem a ajustar-se rapidamente a esse novo padrão.

Dentre os mecanismos mais importantes dessa concentração, destacam-se as transações de fusão e de aquisição de empresas situadas a montante e a jusante da agricultura. Assim, a concentração do capital no agronegócio foi acompanhada da centralização dos capitais individuais. Esse movimento foi muito rápido e intenso. Coincidindo com a liquidez financeira internacional e o crescimento da demanda de *commodities*, houve uma entrada maciça de recursos externos, direcionados à compra de empresas nacionais integrantes das cadeias agroalimentares. Sendo assim, o capital estrangeiro constituiu uma poderosa alavanca do processo de concentração do capital no agronegócio e de desnacionalização das empresas que o compõem. E tão intenso foi o processo que, hoje, já é possível se dizer que o agronegócio brasileiro e gaúcho passou para o domínio dos grandes grupos internacionais.²⁴

É interessante chamar-se a atenção, ainda, para uma implicação importante do processo de internacionalização. O fato de grandes grupos internacionais e, também, nacionais comprarem muitas empresas gaúchas — como, aliás, fizeram em todo o Brasil —, do ponto de vista patrimonial, significa que elas deixaram de ser gaúchas para se tornarem nacionais ou multinacionais. O que equivale a dizer que, para um segmento importante da agroindústria, continuar a denominá-las gaúchas significa tão somente referir-se à sua localização geográfica.

Finalmente convém refletir-se sobre os prognósticos sombrios que foram feitos à época sobre o futuro do setor graneleiro gaúcho.

²⁴ No momento mesmo em que se redigia este artigo, a Santelisa Vale, o segundo maior grupo sucroalcooleiro do País, controlado pelo capital nacional, passou para o controle da multinacional francesa Louis Dreyfus Commodities (LDC), disso resultando a criação da segunda maior companhia mundial de açúcar, etanol e bioenergia (ESP, 2009). Da mesma forma, a planta da Aracruz Celulose de Guaíba (RGS) foi vendida para a chilena CPMC.

Considerando o novo ambiente institucional e econômico do agronegócio a que se referiu (concorrência da agroindústria gaúcha com o grande capital internacional e nacional e com a produção agropecuária dos cerrados), considerando o fator climático e considerando, finalmente, a redução da área com o cultivo de grãos na principal região produtora, ocorrido entre os anos de 1985 e 1995, apostou-se que a exploração de *commodities* da lavoura em pequena escala teria recebido o xeque-mate.

Esses prognósticos sombrios não se realizaram, como se pode ver pela retomada da produção de grãos precisamente na região citada (Mesorregião Noroeste), que respondia, ainda em 2007, por mais de 50% da produção de grãos no Estado.²⁵ Todavia não se deve descartar a hipótese de que a conjuntura externa extremamente favorável, uma verdadeira pletora da demanda, tenha permitido a volta ao mercado de produtores menos eficientes, isto é, de produtividade mais baixa. Os dados recentes sobre o comportamento da produtividade na Mesorregião Noroeste estão influenciados por condições climáticas adversas, de modo que é apressado tirar conclusões a respeito. Todavia os indicadores mostram uma ligeira queda a partir de 2002.

O item a seguir trata das mudanças estruturais importantes na matriz da economia da Metade Sul, ocorridas tardiamente e promovidas por agentes econômicos externos à economia estadual.

3.2 A economia da Metade Sul no processo de expansão da lavoura e das grandes empresas nacionais e internacionais

Os prognósticos sombrios relacionados à Metade Sul do RS também não se concretizaram. Em primeiro lugar, como já se disse antes, porque, a partir de meados dos anos 90, começou um movimento mais intenso de ocupação das áreas cultiváveis da Metade Sul pela lavoura de grãos, envolvendo, além do arroz, os cultivos da soja e do milho. O mapa da distribuição regional da área ocupada com

²⁵ A Mesorregião Noroeste reduziu sua participação na produção estadual de grãos de 59% para 50,6% entre 1990 e 2007.

grãos no Estado — no mais recente surto de crescimento da lavoura, a partir da segunda metade da década de 90 — mostra o setor expandindo-se em direção ao sul do Estado, mais nitidamente para a sua porção sudoeste (Benetti, 2007).

Mas caberia perguntar-se: a expansão acelerada da lavoura na Região, após 1995, vai repetir seu padrão histórico de evolução cíclica, isto é, vai utilizar a área com lavoura em um momento de condições excepcionais de mercado e devolvê-la para pastoreio de bovinos quando mudarem essas circunstâncias, segundo o padrão histórico de comportamento dos pecuaristas?

A premissa de que se parte é que o sistema de produção que integra a lavoura à pecuária já se encontra suficientemente difundido em áreas importantes da Região, assim como a prática do cultivo da terra. O sistema integrado lavoura-pecuária eleva a produtividade da produção de bovinos para corte. Sendo assim, o crescimento da lavoura — dentro dos limites das condições físicas dadas pela capacidade dos solos e pelas condições do clima — é sustentável. Isto é, não há porque esperar uma reversão das terras de cultivo a pasto, mas, ao contrário, apostar que estão dadas as condições para a continuidade de sua expansão. Isso não exclui que o proprietário jogue com as alternativas de uso da terra de que dispõe dentro de certos limites. Em todo o caso, a continuar o crescimento da lavoura na Região, a expansão da pecuária depende da continuidade de seus ganhos de produtividade, de forma a compensar as perdas de área para a lavoura.

Um forte estímulo para a continuidade da modernização da pecuária constitui a chegada, na Região (Microrregiões Campanha Ocidental e Meridional), de grandes frigoríficos, tradicionalmente fornecedores do mercado internacional, procedentes das Regiões Sudeste e Centro-Oeste do País. Eles estão implantando-se na Região através da construção e/ou da aquisição de plantas industriais, como parte de um movimento de nacionalização e internacionalização dos frigoríficos-líderes regionais. A pecuária da Metade Sul está integrando--

se com renovado vigor ao mercado internacional, funcionando como base regional dos grandes frigoríficos exportadores.

Chama atenção, ainda, que esse movimento dos frigoríficos em direção à Metade Sul do Estado faz parte de um processo maior, alcançando os países limítrofes ao Estado do Rio Grande do Sul (Argentina, Uruguai e Paraguai), onde se estão instalando via aquisição de plantas industriais. Sendo assim, está formando-se uma plataforma de exportação em tradicionais regiões produtoras de carnes bovinas, a qual passa a incluir a pecuária gaúcha, cuja diferença em relação ao passado é a centralização patrimonial, acompanhada da concentração da produção e da comercialização de carnes lideradas por empresas brasileiras.

Independentemente da concretização desse processo e do aproveitamento que dele possam tirar os pecuaristas, não parecem vir da lavoura as ameaças à atividade criatória. Estas, se puderem assim ser consideradas, poderiam vir dos novos e importantes investimentos que estão sendo feitos na Metade Sul por grandes empresas industriais na área de celulose e papel. Isto porque a sua implantação pressupõe, simultaneamente, a criação da base florestal, envolvendo a utilização das terras em porções importantes para silvicultura, em vários municípios da Região Sul. Claro, na medida em que as terras antes utilizadas pelo pastoreio forem sendo destinadas a florestas, poderá ocorrer uma redução da atividade. Ocorre que, na Região, existe uma quantidade expressiva de terras com baixa potencialidade de uso, inclusive para o cultivo de pastagens para alimentação do gado, sendo essa uma fronteira possível de expansão da silvicultura.

Dependendo das repercussões negativas sobre o meio ambiente natural e da adequabilidade no uso da terra com a silvicultura, o que está ocorrendo é uma oportunidade concreta de revitalização da economia da Metade Sul. Os agentes responsáveis por essas mudanças são três grandes e tradicionais cadeias globais — nacionais e

internacionais — atuantes na área de celulose e papel, a Votorantim, a Aracruz e a Stora Enso (Benetti, 2008; 2008a).²⁶

Esses projetos criam uma plataforma exportadora de matéria-prima para o mercado internacional. Mas, mesmo em se tratando da implantação de uma plataforma exportadora de pasta celulósica de eucalipto para o mercado internacional, a circulação dessa produção pressupõe uma complexa logística que se deverá traduzir em investimentos em estradas, transportes, armazenagem, seguros, etc., que, de alguma maneira, vão repercutir sobre a economia local e sobre o nível de emprego. Bem, é claro que, nessa avaliação positiva, pesa o conhecimento que se tem de décadas de estagnação da economia regional, de especialização da matriz produtiva regional em um par de produtos da agropecuária, da escassez de emprego resultante e da falta de espírito empresarial. Enfim, o juízo de valor sobre as mudanças é feito tomando-se como metro o que sempre existiu.

Esse processo corresponde a um movimento de reestruturação geográfica da cadeia de celulose e papel em âmbito nacional e internacional, patrocinado por tradicionais *players* atuantes nesse mercado. Esse movimento implica um deslocamento relativo dos investimentos de empresas tradicionais do Hemisfério Norte para o Sul, contemplando de forma importante os países do Cone Sul (Chile, Argentina, Uruguai e Brasil). Ele tem como objetivo principal a busca pela indústria instalada de novas fontes de suprimento de matérias-primas, a custos decrescentes, em um contexto de expansão da demanda internacional pelo produto final.

Da mesma forma que está sucedendo com os frigoríficos, a indústria de celulose e papel também está investindo em novas plantas industriais no Uruguai, visando exportar para o mercado internacional. São duas indústrias de celulose que se estão localizando na fronteira do

²⁶ Depois de escritos os artigos citados, em agosto de 2009, foi divulgada a compra pela Votorantim Celulose e Papel (VCT) da Aracruz Celulose. A integralização do capital da nova empresa deu-se da seguinte forma: BNDES (34,9%), Grupo Votorantim (29,3%), ações no mercado (35,8%). Reunidas sob o nome de FIBRIA, tornam-se a maior fabricante de celulose de mercado do mundo. Em outubro 2009, foi divulgado o acordo entre a FIBRIA e a empresa de celulose chilena CPMC relativo à venda da Unidade Guaíba no RS (Fin. WEB, 2009; EB BR, 2009). Seria interessante conhecerem-se quais são os planos da CPMC com respeito aos projetos de expansão que a antiga Aracruz Celulose estava desenvolvendo no Rio Grande do Sul.

Uruguai com a Argentina: a Botnia, finlandesa, e a Ence, espanhola. Ao todo, são seis as indústrias de celulose em implantação no Uruguai e no Rio Grande do Sul.

A configuração geográfica desses investimentos indica que a indústria de papel e celulose, tal como ocorre com a da carne, elegeram o eixo constituído pela Metade Sul do Estado, pelo Uruguai e pela Argentina como uma área estratégica para sua expansão mundial.

São esses argumentos que autorizam a se pensar que se abre uma janela de oportunidades para a Metade Sul, através da qual se pode visualizar um cenário de dinamização da economia regional, com o crescimento da lavoura de grãos integrada à pecuária de corte nas terras de maior potencialidade de uso, com a reestruturação da cadeia tradicional de produção de gado de corte pelos grandes grupos exportadores e com a substituição de um segmento da pecuária menos produtivo por um setor florestal associado a grandes cadeias agroindustriais globalizadas.

4 REFLETINDO SOBRE A HISTÓRIA

Um ponto que chama atenção, a partir do relato feito, diz respeito à resiliência, isto é, à capacidade de resistir do agronegócio gaúcho diante das pressões impostas pelo seu meio ambiente — a partir da base histórica regional. Essa matriz histórica lhe traz, como herança, um setor importante da economia agrícola estruturado sobre a pequena produção e que se vê estrangido a concorrer com um segmento novo da agropecuária, constituído com base em grandes escalas de produção, nas regiões dos cerrados brasileiros. Esse novo padrão de concorrência faz sofrer não apenas a pequena produção como, também, a economia da pecuária extensiva. Veja-se que o que se chama de grande propriedade no Rio Grande do Sul é hoje caracterizado, em trabalhos publicados por intermédio do Ministério da Agricultura, como sendo média propriedade, uma vez que a comparação é feita com relação às escalas vigentes nas regiões brasileiras de expansão da O movimento da produção. (Três décadas de economia gaúcha, v.2). 2010

agropecuária. Essa expansão tem como característica, em um horizonte de longo prazo, a, ainda, quase inesgotável oferta de terra, cuja ocupação, diferentemente do que aconteceu no Rio Grande do Sul, não conhece restrições do ponto de vista das escalas de produção.

Todavia parece que a capacidade de resiliência deve ser entendida diferentemente, ao tratar-se da economia da Metade Norte ou da Metade Sul. Talvez uma adjetivação possa dar realce às diferenças. A economia da pequena produção caracterizou-se por ter mostrado uma resiliência positiva durante todo o período de análise, isto é, ter resistido por se ter transformado continuamente, mudando para resistir. É como se ela tivesse sido submetida a uma lei de sobrevivência, que pode ser resumida no imperativo “transformai-vos, transformai-vos”. E, as grandes transformações, aquelas que alteraram a estrutura da economia, na Metade Norte, foram realizadas pelos próprios produtores, ou pelas suas lideranças regionais, de modo que o contar essa história representa uma homenagem a seus protagonistas.

A economia da Metade Sul, até o início dos anos 90, exibiu uma resiliência negativa, ou passiva, significando que resistiu, que sobreviveu, mas sem se transformar. Para ela, não valeu o imperativo a que estiveram submetidos os produtores da Região Norte. E, diferentemente do que aconteceu na Metade Norte, as grandes transformações que vem ocorrendo na Metade Sul, aquelas que estão mudando a sua matriz produtiva, estão sendo lideradas por agentes externos, isto é, grandes grupos nacionais e internacionais.

Mas, na medida em que, no passado recente, empresas-líderes do setor agroindustrial da Metade Norte foram alienadas ao capital internacional e nacional (não gaúcho), tendem a se apagar as diferenças regionais quanto à qualidade mais, ou menos, endógena dos protagonistas e dos capitais que representam. As duas economias estão em uma rota de convergência quanto a esse aspecto.

Como se disse antes, a desnacionalização do patrimônio de grupos tradicionais da agroindústria associou-se à centralização dos capitais, de modo que aumentaram as escalas de operação das O movimento da produção. (Três décadas de economia gaúcha, v.2). 2010

empresas. Mas, como a economia da Metade Sul está sendo envolvida mais tardiamente do que a do Norte no movimento de globalização dos mercados e como, por outro lado, muitos dos investimentos estão sendo feitos em setores novos da economia, as empresas que lá se instalam já nascem grandes, operando em escalas compatíveis com as do mercado mundial, prescindindo do mecanismo de centralização patrimonial. Pode ser essa uma característica das economias que estão chegando mais tarde à economia global. Em todo o caso, tudo indica que a integração recente do agronegócio sul-rio-grandense aos mercados globais teve como efeito o aumento do tamanho das empresas que atuam no setor.

REFERÊNCIAS

- AGBRAZIL. Disponível em: <<http://agbrazil.com>>. Acesso em: 16 nov. 2009.
- BARROS, Octávio de; Giambiagi, Fabio (Org.). **Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente**. São Paulo: Campus, 2008.
- BENETTI, Maria D. *Boom exportador: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro?* **Indicadores Econômicos FEE**, v. 34, n. 1, 2006.
- BENETTI, Maria D. Indicadores de mudança da distribuição espacial da produção de grãos no Brasil — 1990-02. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 31, n. 1, 2003.
- BENETTI, Maria D. (Coord.). **Agribusiness: projeto RS-2010**. Porto Alegre: SCP, 1998a.
- BENETTI, Maria D. A plataforma exportadora de celulose gaúcha no “espelho chinês”. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 36, n. 1, p. 35-47, 2008.
- BENETTI, Maria D. As relações entre Estado e cooperativismo: análise do período 1933-37. In: BENETTI, Maria D.; FRANTZ, Telmo R. (Coord.). **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS 1957-84**. Porto Alegre: FEE, 1985.
- BENETTI, Maria D. Elementos para a discussão das relações entre Estado e cooperativismo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 163- -168, 1984.
- BENETTI, Maria D. Endividamento e crise no cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: análise do caso FECOTRIGO/CENTRASUL — 1975-83. **Ensaio FEE**, v. 6, n. 2, 1985a.

BENETTI, Maria D. **Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990**. Porto Alegre: FEE, 2004. (Documentos FEE, 61).

BENETTI, Maria D. Indicadores da formação de uma plataforma exportadora de celulose no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 35, n. 3, p. 7-20, fev. 2008a.

BENETTI, Maria D. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA E FECOTRIGO 1957/1980**. Porto Alegre: FEE, 1982. (Teses, n. 5).

BENETTI, Maria D. Os empresários privados e os (des)caminhos do sistema cooperativista. **Jornal do Comércio**, 06 jul. 1984.

BENETTI, Maria D. Perspectivas de transformações estruturais na economia da Metade Sul do Estado. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 34, n. 4, p. 129-142, mar. 2007.

BENETTI, Maria D. Reconversão e reestruturação no agribusiness rio-grandense. In: **Agribusiness: projeto RS-2010**. Porto Alegre: SCP, 1998.

BENETTI, Maria D. Reestruturação das indústrias de suprimentos agrícolas no Brasil, nos anos 90: concentração e desnacionalização. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 1, 2002.

BENETTI, Maria D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e Rio Grande do Sul, nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: FLIGENSPAN, F. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 63-116.

BENETTI, Maria D. Reestruturação na área da circulação das mercadorias: o novo fator determinante da luta competitiva no mercado agroindustrial brasileiro. **Ensaio FEE**, v. 22, n. 1, 2002a.

CARDOSO, Fernando H. Um mundo surpreendente. In: BARROS, Octávio de; Giambiagi, Fabio (Org.). **Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente**. São Paulo: Campus, 2008.

DELGADO, Nelson. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. Brasília: CONDRAF, 2009.

DELGADO, Nelson. Breves indicações acerca do contexto internacional do sistema agroalimentar 1998. In: **Agribusiness: projeto RS-2010**. Porto Alegre: SCP, 1998.

EB BRASIL. 20.09.2009 (edição eletrônica).

EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acesso em: 06 out. 2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, p. B11, 27 out. 2009.

FALKEMBACH, Elza M. F. **Dinâmica social e cooperativismo:** o caso da Fecotrigo — 1958/72. In: Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do RS 1957-84. Porto Alegre: FEE, 1988.

FINANCIAL WEB. 23.09.2009 (edição eletrônica).

GRANDO, Marinês Z. **Agropecuária do RS 1980-1995. A caminho da eficiência?** Porto Alegre: SCP; FEE, 1996.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO — PIIRS. Ano-base: perfil do setor em 1975. In: PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO (RS). **A problemática do setor agropecuário.** Porto Alegre: Palotti, 1978. v. 2.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO — PIIRS. A economia estadual e a evolução do setor agropecuário. In: PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO — PIIRS. **A problemática do setor agropecuário.** Porto Alegre: Palotti, 1978. v. 1.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO — PIIRS. **Zoneamento agrícola.** Porto Alegre: Palotti, 1975.